

FH reage à provocação de adversário

Presidente acusa Lula de demagogia e reafirma que se manterá de fora das negociações no ABC

Ana Paula Macedo

Enviada especial • MONTEVIDÉU

Num ensaio do que se poderá tornar a disputa presidencial do próximo ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso saiu da defensiva e acusou ontem o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, de estar fazendo demagogia ao sugerir que metalúrgicos acampem em frente ao Palácio do Planalto para exigir medidas que evitem demissões em massa na região do ABC. Insistentemente cobrado pela CUT a interferir diretamente nas negociações entre trabalhadores e empresários, Fernando Henrique advertiu que não vai politizar o assunto. O presidente participou ontem da 13ª Reunião de Cúpula do Mercosul, na capital do Uruguai.

— O que eu não quero é ser envolvido numa politização da questão. Não tem cabimento. É uma fábrica. O presidente da República tem de cuidar do Brasil todo. Entrar no jogo político eu nunca fiz. Eu não sou demagogo. Há outros que gostam de fazer demagogia. Eu não — afirmou.

A proposta de Lula foi apresentada no último sábado, três dias após a oficialização de sua terceira candidatura à Presidência da República, ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, como forma de pressionar o Governo a tomar parte nas negociações. Ao ser indagado sobre a sugestão de seu principal adversário, Fernando Henrique não fez rodeios:

— Acabei de dizer. Tem gente que gosta de fazer demagogia, eu não.

FH diz estranhar mudança de posição da CUT

O presidente admitiu que poderá até receber Luiz Marinho em audiência, mas nada além disso. Fernando Henrique enfatizou que não vai fingir ter condições de resolver a questão dos trabalhadores e empresários de uma fábrica específica. E mais uma vez manifestou estranhar a posição adotada pela CUT, antes favorável a uma relação direta entre trabalhadores e empresários, bem como as cobranças feitas por Luiz Marinho ao Governo para evitar o aumento do desemprego:

— Tenho impressão que o presidente do sindicato está querendo é alguma coisa que tem de ser vista com cuidado. Porque nós somos favoráveis à livre negociação e ele também. Eles (os trabalhadores) estão negociando. Ele mesmo disse uma coisa que é certa, que o Governo tem de fazer a sua parte. Eu estou fazendo. A parte do Governo é garantir que o Brasil vá continuar crescendo, dar estabilidade, baixar os juros.

Ainda sobre o impasse entre metalúrgicos e empresários, destacou, o Governo faz apenas a parte que lhe cabe. O presidente lembrou que na semana passada o ministro dos Transportes, Paulo Paiva, conversou com Luiz Marinho e expôs os motivos pelos quais o Governo considera inoportuno seu envolvimento nas discussões sobre a situação dos metalúrgicos da Volkswagen e da Nordon, ameaçados de demissão em massa. Da mesma forma, assinalou que ministros da área econômica estão conversando com os empresários. O presidente ressaltou que ele próprio já apelou aos empresários para que busquem mecanismos e não demitam seus funcionários.

— Agora, participar da negociação, não. Isto não tem cabimento e o líder sindical sabe disso porque é um homem experiente, tem tradição da CUT e a CUT sempre se opôs a que o Governo participasse da relação direta — destacou.

Reforma tributária pode entrar na pauta

Antes de voltar para Brasília depois de quatro dias fora, o presidente adiantou que vai incluir a reforma tributária na pauta da convocação extraordinária do Congresso. A pauta será fechada hoje em conjunto com os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), em reunião que contará com a participação de todos os líderes da base governista. Mesmo ciente de que não haverá tempo hábil para aprovar a emenda no período da convocação, o presidente considera importante que a matéria comece a ser discutida.

— Eu vou colocar em pauta, mas não creio que se resolva durante a convocação extraordinária porque seria ilusório — reconheceu o presidente.

Ao desembarcar em Montevidéu, Fernando Henrique já havia manifestado sua expectativa em relação a quatro pontos que pretende ver aprovados na convocação: as reformas administrativa e previdenciária, bem como as leis que regulamentam os planos de saúde e a edição de MPs. O presidente está confiante de que o Congresso votará essas matérias em janeiro.

Mas a situação da reforma tributária é bem mais difícil. Parada desde que foi proposta ao Legislativo, em 95, a emenda foi alvo de recente modificação que o próprio presidente admitiu que não está bem amadurecida, sequer no Governo:

— Essa reforma é delicada. Há muitos pontos de vista. Em tese, todo mundo é a favor da reforma tributária. Mas uns não querem pagar; todo mundo quer pagar menos imposto. Outros querem receber mais, tanto Governo quanto estados e municípios.

O objetivo do Governo, explicou o presidente, é alcançar uma reforma que ao mesmo tempo aumente a produção no país, aliviando os impostos em cascata, e o volume de recursos arrecadados, diminuindo a sonegação. E também que faça uma distribuição justa dos recursos aos vários níveis da administração.

— Nós já estamos avançando nisso, mas não é fácil — concluiu.



FERNANDO HENRIQUE, ao lado do ministro Malan, na 13ª reunião de cúpula do Mercosul. “Participar da negociação, não. Isto não tem cabimento”, disse o presidente

Sergio Marques